

ACTA NÚMERO DOIS

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE.

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Geraldês, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, José Martins da Fonseca e Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro;

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D'Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira e José Carlos Dias Duarte Gonçalves; Maria Manuela Martins Sampaio;

Eleitos da CDU: João Caio Salgueiro;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias e Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria;

Presidentes de Juntas eleitos do PSD: Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

Em virtude do membro constituintes da Assembleia Municipal, da lista da PS Senhor Deputado Joaquim Robalo Amaro ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor Eduardo Carlos dos Reis Gomes.

O Senhor Presidente Assembleia após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 19 presenças, registando-se a ausência da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio.

Informou ainda que o Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, passava a substituir o Senhor Deputado José Martins da Fonseca na liderança da bancada do PS, conforme comunicação apresentada á mesa.

O Senhor Presidente Assembleia propôs que a ordem de trabalhos fosse alterada com a retirada do ponto “1. Aprovação da acta da sessão da acta anterior”, uma vez que a acta da sessão ordinária do dia 23 de Fevereiro de 2007 não se encontrava elaborada.

O Senhor Deputado João Caio Salgueiro propôs que o ponto “4.2 Pedido de autorização para concessão da exploração da Praia Fluvial de Belmonte, através de concurso público”, fosse retirado da ordem de trabalhos uma vez que não estavam fixadas as condições gerais nos termos da lei.

O Senhor Presidente Assembleia pôs à votação a proposta de retirada do ponto “1. Aprovação da acta da sessão anterior” da ordem de trabalhos, tendo a Assembleia votado por unanimidade a retirada deste.

De seguida passou à votação da proposta apresentada da CDU da retirada do ponto “4.2 Pedido de autorização para concessão da exploração da Praia Fluvial de Belmonte, através de concurso público” tendo a Assembleia deliberado por maioria votar contra a proposta apresentada, com 12 votos contra do PS e com 7 votos a favor do PSD e da CDU.

De seguida leu a ordem de trabalhos com as alterações introduzidas que, se transcreve:

1 – 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;

2 – Período de antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia;

3.1 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;

3.2 – Pedido de autorização para concessão da exploração da Praia Fluvial de Belmonte, através de concurso público;

3.3 – Alteração ao Quadro de Pessoal de Direito Público da Câmara Municipal de Belmonte e aprovação do Regulamento de Selecção para celebração de contrato individual de trabalho a tempo indeterminado e respectivo quadro de pessoal;

3.4 – Apresentação, Discussão e Aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de contas do ano de 2006;

4 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** informou que iria passar ao expediente e informou Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

1 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

2 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

“Uma vez que o Centro de Dia de Colmeal da Torre está constituído como uma IPSS, com estatutos legalmente publicados e com uma direcção em funcionamento com o objectivo de vir a gerir o Centro de Dia de Colmeal da Torre, solícito esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a veracidade e fundamento da notícia veiculado numa página web, em que dizia “...que está também na mira da Soli’s o Centro de Dia de Colmeal da Torre cujas obras estão em fase de conclusão. E se a Autarquia tinha algum tipo de intervenção na Soli’s”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse:

“Não estou mandatado pela Soli’s para falar em seu nome, pelo que essa questão terá que ser colocada ao Senhor Presidente da Direcção dessa Associação e por parte do

Executivo nunca, houve qualquer intenção de interferir na gestão daquela Associação. Quanto à Direcção constituída para gerir o Centro de Dia de Colmeal da Torre, pode estar perfeitamente tranquila que será a primeira a ser abordada com vista ao entendimento para a gestão daquele equipamento.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca disse:

“Apelo aos ilustres autarcas desta sala, que resistam a tentação de fazer política com base em “blog`s” cobardemente anónimos, porque se entrar-mos por essa via não dignificamos a nossa função.

Amanhã é o dia do trabalhador, e o PS não deixa passar em claro este dia. O dia do trabalhador é o dia daquela pessoa, que se esforça na medida das suas possibilidades, para dar um contributo positivo á sociedade. Contrariando ideias mesquinhas, os trabalhadores podem ter todas as religiões que quiserem, a cor que a natureza lhes dê, qualquer das nacionalidades, qualquer das ideias e qualquer sexo, importa sim que sejam trabalhadores e contribuam para o engrandecimento do país e da humanidade.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“A minha primeira intervenção vai no sentido de me dirigir aos senhores deputados presentes, para manifestar a minha indignação enquanto Belmontense e Presidente de Junta de Freguesia, à forma como foi conduzido o processo da Sociedade Gestora de Residências Seniores, que pretendia investir em Belmonte, mais precisamente no sítio do Bozeiro, e digo isto porque consta-se que o investimento está em risco.

Indo directo ao assunto este projecto é de enorme importância para a freguesia e para o concelho. Este empreendimento envolve um investimento bastante avultado, pelo que é um projecto importante para Belmonte, não só, pelas verbas envolvidas mas também pelos postos de trabalhos que irá gerar, tanto na sua construção, bem como á posterior por aqueles que lá irão trabalhar.

Se queremos melhorar a nossa economia, há uma tarefa a cumprir, é criar o melhor ambiente para o investimento, porque este projecto não é apenas a construção de um Lar Residencial com 40 quartos com serviços médicos, com serviços de enfermagem, com serviço de fisioterapia, com animação cultural, com acompanhamento psicológico e serviços de alimentação, com área de cuidados continuados de saúde, com acordo com os principais equipamentos da zona, com consultas médicas de especialidade de acordo com as necessidades, com apoios de meios de diagnóstico e terapêutica, é também uma grande oportunidade para Belmonte e para o crescimento económico e desenvolvimento das nossas populações.

Quero felicitar publicamente os investidores, e dizer de uma forma clara, que Belmonte se sente honrado e grato, por terem escolhido a nossa freguesia, e o nosso concelho, para fazer este empreendimento de qualidade. E penso que ninguém tem o direito por questões pessoais, ou doutra natureza, de prejudicar um investimento desta envergadura, nesta freguesia.”

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas disse:

"A propósito da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte e numa análise puramente de intenções de investimento, quanto à necessidade do mesmo ser totalmente solidário, em relação às palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte. Comungo dessa necessidade de investimento, da necessidade de criar riqueza em Belmonte, da diversificação das actividades económicas. Mas notei, que a sua intervenção começa por dizer que "queria manifestar a minha indignação quanto à forma como tem sido conduzido o processo relativo ao investimento" Tenho a dizer-lhe que o processo está a ser conduzido pelo Executivo municipal e pelo seu presidente. Portanto se está indignado, é para aí que deve virar a sua indignação. Quanto às dúvidas levantadas neste processo, que certamente seria ao que o senhor se queria referir, deixe-me esclarece-lo que a última coisa que desejaria era que o processo se "gorasse", quer por vicissitudes de natureza técnica ou burocráticas, o que seria de lamentar que isso viesse a acontecer.

Mas não pode o senhor deputado esquecer-se, que compete à oposição fiscalizar os actos do Executivo, e fazer com que as coisas estejam minimamente dentro do que é regulamentar. Acredito que esteja a fazer o seu papel, e que, quer tanto como nós que o investimento venha para Belmonte, mas também quererá que se faça dentro das normas regulamentares com toda a transparência e toda a legalidade."

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

"O senhor percebeu bem quando disse "...a minha indignação à forma como o processo estava a ser conduzido..", mas não o quis dizer da forma como o senhor a interpretou, aquilo que quis dizer, é que não espero que os senhores "aplaudam", mas ao menos para o interesse de Belmonte ficar-lhes-ia bem fazer um esforço, e dar um contributo decisivo para a concretização deste investimento.

Aquilo a que nós temos assistido, é ao facto de sucessivamente «andarem a meter areias na engrenagem». Se houver dúvidas, também nós, que somos gente de bem, queremos que os processos sejam transparentes, e se houver dúvidas consistentes sobre esta matéria, haverá outras formas de se dissiparem.

Dizem que Belmonte está parado, mas na minha opinião quem está parado são alguns políticos da oposição, para quem a melhor política é a política do quanto pior melhor, que não serão os senhores certamente refiro-me aos «políticos de café», e isso em nada abona a favor do desenvolvimento do concelho. Aceitamos todos os conselhos e críticas que sejam construtivos e responsáveis, podemos ter projectos em conjunto, mas se quisermos fugir ao destino de ser eternamente do interior, ao destino da desertificação de que os senhores tanto falam, temos que congregar forças e unir esforços, para atrair investidores e temos que dar o próximo salto, que passa pela nossa capacidade de dar as mãos, de remar todos na mesma direcção, e de nos relacionarmos com os nossos concelhos vizinhos."

O Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao assunto em debate disse:

"É preciso que fique claro, que este investimento é de um milhão de contos, que vai criar vinte e cinco postos de trabalho, para além de aquelas valências aqui referidas. Relativamente ao concurso, esclareço que só concorreu uma empresa a esta oferta pública, e que a adjudicação desta venda, foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Municipal, condicionada ao esclarecimento de algumas dúvidas levantadas.

Para concluir, todas as perguntas que nos foram colocadas, foram respondidas e foram dadas como aceites, das quais não houve qualquer contestação, pelo que não se entende as contestações agora anunciadas, pondo-se assim em causa a deliberação tomada pelo Executivo. Com todas estas questões que se levantaram corre-se o risco de se perder o investimento e é obvio que se percebêssemos que haveria aqui alguma ilegalidade seríamos os primeiros a por termo a esta, pelo que não vejo razões aparentes, para a inviabilização deste investimento. Cada um terá que assumir as suas responsabilidades, caso este investimento seja perdido."

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse:

"Requeiro ao senhor presidente da mesa desta assembleia, que solicite ao Executivo municipal, resposta por escrito às questões por mim colocadas na última assembleia, as quais constam da minha intervenção."

3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;

O Senhor Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas (PSD).

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas (PSD) disse:

"Em primeiro lugar gostaria de dar os parabéns aos oradores que intervieram na sessão solene do dia 25 de Abril, nomeadamente a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves, que está sempre ao seu nível, e também saudar a intervenção da CDU, embora com uma carga política muito forte, mas no fundo é também uma intervenção de mérito. Mas o motivo que me leva a falar nestas intervenções foi porque que ambas focaram o tema da solidariedade social, é que a liberdade, também se faz com solidariedade social.

Registrar também que da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi mencionado o diagnostico social de Belmonte, e de acordo com o senhor presidente este está feito. Mas quanto ás acções concretas, que o município desenvolveu para a superação destes problemas sociais, o investimento no ano anterior foi nulo. Isso deixa-me preocupado quanto mais que existe pobreza no concelho de Belmonte, e essa pobreza, é uma pobreza em alguns casos extrema, que envergonha quem vive neste concelho, e à qual é urgente dar algum apoio, e algum encaminhamento à sua resolução.

Gostaria de felicitar, e agradecer ao senhor director do Centro de Saúde Dr. Manuel Geraldês, e ao senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia, pela colaboração prestada na resolução de um problema de pobreza extrema em que recentemente me vi envolvido, mas tenho que registar a ausência notada da autarquia neste processo, uma vez que a autarquia implementou uma rede social, que é no fundo a congregação de todos os meios do município, para que os problemas de erradicação de pobreza, de toxicodependência e todos os outros sejam diagnosticados. Esta é uma necessidade que está prevista, e que não está a ser executada. É necessário que os técnicos do município vão ao terreno, e possam verificar os casos de pobreza, tanto mais que a pobreza que mais assusta no concelho, não é a pobreza extrema, mas sim, a pobreza envergonhada, a pobreza de quem, já teve condições para comprar casa á trinta anos, e hoje não tem dinheiro para a pagar. É a pobreza de quem

já viveu razoavelmente bem, e hoje, ou por não ter emprego, ou por alguma infelicidade na vida, não tem dinheiro para pagar os seus compromissos, e não se sente à vontade, para pedir ajuda. É esta a pobreza que nos deve preocupar.

Registrar também a criação de uma nova IPSS, que vem segundo o Senhor Presidente da Câmara, cobrir algumas lacunas que as outras não completavam e que na minha opinião todo o trabalho na área da solidariedade social é bem-vindo. Nunca é demais é sempre necessário fazer mais alguma coisa, pelo que ficaremos atentos para que esta IPSS seja tratada em condições de igualdade com todas as outras, que há anos labutam no terreno que se esforçam, e que não podem ser preteridas pelo facto de aparecerem mais instituições.

Em relação a este tema da acção social apenas dizer que desejaria ver a rede social em funcionamento, e que a nossa técnica da acção social e todos os técnicos afectos façam o diagnóstico social, de forma a prestar o auxílio e o apoio tão desejado às populações.

Está de parabéns o governo pelo facto de trazer para o concelho de Belmonte uma Central de biomassa, porque é um investimento relevante que faz falta ao município e que vem criar postos de trabalho e requalificar a floresta. Mas nem tudo é assim tão bom. Corremos sempre riscos e um deles é o risco da desmatagem excessiva das florestas. Isto porque para rentabilizar esta central, são necessários cerca de 635 mil hectares de floresta para justificar este investimento, o que ultrapassa em muito o concelho de Belmonte. Para além deste risco, tem um problema acrescido de imediato, é que uma central deste género para produzir 1 mega watt de energia, que é cerca de metade dos valores para que esta central está projectada, consumirá cerca de um 1,03 toneladas hora de resíduos de biomassa, o que vai implicar um grande volume de tráfego rodoviário nas nossas vias municipais. Também irá emitir uma grande quantidade de resíduos tóxicos para a atmosfera, pelo que me parece que a escolha do local para a instalação desta não será o mais indicado, justificava-se que a autarquia fizesse um esforço a bem do ordenamento do território, e arranjasse uma outra solução para a instalação desta central, com vista minimizar todos estes impactos.

Sugiro que seja feito um estudo de impacto ambiental, que esclareça estas dúvidas e que tranquilize a população relativamente a este investimento.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse:

“É evidente que quando avançamos para a implantação deste tipo de infra-estruturas, não o fazemos às cegas, é obvio que poderá ter alguns aspectos negativos mas tem muito mais positivos do que negativos. Relativamente ao transporte não há razão para preocupações, uma vez tratar-se de matéria que já vem transformada, preparada para ser queimada, o que não envolve um grande volume de material. Por outro lado, existe a garantia que estamos a lidar com equipamento que garante emissões reduzidas de gases para a atmosfera, e garante qualidade em termos ambientais. Por sua vez, a localização terá que ser próxima da rede viária, para assim facilitar o ponto de entrega dos materiais, e terá também que estar situada junto a um ponto de água, que garanta o fornecimento de água necessária ao seu funcionamento. Para além da vantagem económica que acrescenta, é também uma oportunidade para o meio rural, que irá criar condições para desenvolver outro tipo de culturas com vista ao fornecimento de matéria-prima à central, o que poderá rentabilizar os terrenos que se encontram incultos, e trazer uma mais-valia em termos económicos aos seus proprietários.

Reportando-me ao que foi dito relativamente à rede social e ao problema da pobreza, quero esclarecer, que esta autarquia criou o cartão social +, para assim apoiar de alguma forma as famílias com menores recursos económicos. A pobreza extrema sabemos que existe, e esses casos estão a ser acompanhados por Instituições de Solidariedade Social, e pela Câmara naqueles casos que se justifica. Relativamente à Soli's, já tinha esclarecido que não me compete a mim responder a qualquer tipo de questões inerentes a essa Associação e que, da parte da Câmara esta terá o mesmo tipo de apoio que todas as outras."

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas (PSD) disse:

"Não percebo a sua indignação quando o questiono sobre a Soli's uma vez que o senhor presidente, é o presidente da assembleia-geral da Soli's, pelo que, é mais que óbvio, que nos dirijamos a si para nos esclarecer nesta matéria. Queria também deixar claro, que estou plenamente de acordo com a criação de qualquer tipo de associação de solidariedade social, desde que traga mais benefícios à população. O que disse, foi que a taxa de execução em termos do cartão do idoso foi zero, o que é preocupante.

Em relação à biomassa o senhor ouviu-me dizer, que era um projecto importante e interessante, não disse o contrário, agora tenho o direito de ser esclarecido em relação a algumas preocupações que tenho."

O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre disse:

"O Jardim-de-infância de Colmeal da Torre está a funcionar com o prolongamento de horário e refeições, porque a junta de freguesia sentiu a necessidade de criar esse serviço, para o bem das crianças, e para o bem dos pais. Foi a junta de freguesia que contratou mais uma educadora através do centro de emprego, e uma auxiliar para assegurar esse serviço, pelo que é a junta de freguesia que lhe está a pagar como também suportamos os almoços das crianças a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte. Por isso, neste protocolo, a Câmara limita-se apenas a transferir para Junta de Freguesia de Colmeal da Torre a verba por criança que vem do Ministério da Educação. A Câmara municipal não gasta nada do seu orçamento para o jardim-de-infância de Colmeal da Torre. Penso que a Câmara deveria ajudar monetariamente, uma vez ser um jardim público."

O Senhor Deputado João Caio Salgueiro (CDU) disse:

"Registamos com agrado a abertura de concurso para aquisição de equipamento informático para os jardins-de-infância. No entanto, chegou ao nosso conhecimento de uma tabela aprovada pela Câmara, e que pretende por em prática nos jardins-de-infância cujo valor máximo poderá ir até aos 211 euros no seu escalão mais elevado, que é o 6. No que diz respeito a comparticipação dos pais, achamos que estes escalões apresentados são demasiados elevados, atendendo à difícil situação económica das pessoas. Como o estado confere às Câmaras 58 euros mês pelo prolongamento de horário e refeição, pensamos que era justo repensar as tabelas.

Face ao exposto apresento um requerimento à mesa.

Requerimento:

Ao abrigo das disposições legais e do Regimento em vigor, venho por este meio requerer informação sobre o seguinte:

Custos discriminados do serviço de apoio à família prestados por cada um dos estabelecimentos de educação pré-escolar no município de Belmonte, tendo em conta que este valor é determinado para o cálculo da participação familiar."

Gostaria de ser esclarecido, sobre a situação em que se encontram as obras do lar de idosos em Caria.

Relativamente à Central de Bio Massa registamos com agrado a implantação desta unidade no concelho de Belmonte, uma vez que trás mais-valias para o concelho, mas temos algumas reservas quanto à sua localização."

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

"Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís D`Elvas, era só para lhe dizer que o senhor apenas referiu aqui os aspectos negativos que a central de biomassa poderá trazer ao município de Belmonte, mas também poderia ter dito que as centrais de biomassa são duplamente positivas, que eliminam detritos florestais, proporcionam a criação de mais-valias económicas, com a criação de emprego directo, onde poderá dar emprego a uma dezena de pessoas, mas também irá criar emprego de uma forma indirecta com a criação de pequenas empresas adaptadas a este fim que consolidam um tecido de empresarial associado à exploração agrícola e florestal. Portanto também existem aspectos positivos que são essenciais ao desenvolvimento deste concelho.

Gostaria também de ser esclarecido se é intenção desta Câmara avançar ainda este ano com as obras do Complexo Desportivo de Belmonte ou quando pensa ser possível fazer?"

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas (PSD) disse:

"Em relação aos comentários do Senhor Presidente da Freguesia de Belmonte, deixe-me só dizer-lhe que nós não somos contra a central de biomassa ou outro investimento qualquer, mas somos sim cautelosas em relação à forma como as coisas deverão ser feitas, porque a título de exemplo, a retirada em excesso de massa florestal e a desmatagem desmedida poderá provocar a erosão dos solos e influenciar todo o eco sistema existente. Pelo que é o dever de todos nós, presentes nesta assembleia, levantar todas as questões que nos possam parecer pertinentes, de modo a que todos fiquemos esclarecidos e com o sentido de dever cumprido perante as populações, porque foi para isso que fomos eleitos, e não para só a acenar com a cabeça e concordar com tudo a qualquer custo."

O Senhor Carlos Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas disse:

"Gostaria de esclarecer os senhores deputados que o material retirado das florestas para ser utilizado na central de biomassa, é apenas matéria que é proveniente do esgalho das árvores, e matéria proveniente da limpeza dos terrenos como as giestas e outro tipo de mato existente. Pelo que não há o perigo de erosão do solo, uma vez que não vão ser arrancadas árvores, mas sim cortar o material de esgalho. Acrescento também, que a nível do transporte, isso não será uma preocupação, uma vez, que todo o material que chega à central vem enfardado, o que não irá criar grande volume, e não serão necessárias viaturas de grande porte para o transportar."

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas:

"No que concerne ao apoio à família e nomeadamente à situação do Jardim-de-Infância de Colmeal da Torre, gostaria de esclarecer que a Câmara fez uma candidatura que foi acordada previamente com o senhor Presidente da Junta desta Freguesia, com vista ao prolongamento de horário, e ao fornecimento de refeições, em que a verba atribuída seria transferida para a Junta de Freguesia de Colmeal da Torre. Em relação aos valores referidos nas tabelas referentes aos valores a suportar pelas famílias, é preciso que fique claro, que estes valores são calculados de acordo com o rendimento per-capita de cada família, e estas tabelas foram publicadas em portaria pelo Ministério, nada têm a ver com a Câmara.

Em relação à construção do Complexo Desportivo de Belmonte, estamos a aguardar uma audiência com o Senhor Presidente do Instituto do Desporto, para reanalisarmos esta situação, pelo que pensamos avançar em termos de obra ainda este ano."

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto como encerrado e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

3.2 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DE BELMONTE, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos intervenientes:

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que era necessário rentabilizar aquele espaço de uma outra forma, pelo que a Câmara deliberou abrir concurso publico para apresentação de propostas, com vista ao arrendamento daquele espaço pelo período de um ano, ou então por contrato de concessão, pelo período mínimo de 5 anos, e máximo de 20 conforme o previsto na lei.

O Senhor Presidente da Assembleia deu ao Senhor António Manuel Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

O Senhor António Manuel Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse que a bancada do PS iria votar favoravelmente a proposta apresentada.

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

"Gostaria de ser informado, se o protocolo existente já foi denunciado, se está sem efeito, e se a Câmara pretende fazer algum tipo de investimento com vista ao melhoramento daquele espaço, ou se seria a cargo dos possíveis interessados. Pelo que o PSD votaria favoravelmente a proposta."

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria aprovar a proposta apresentada, com 18 votos a favor e com a abstenção da CDU.

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

3.3 – ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DE DIREITO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE SELECÇÃO PARA A

CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO E RESPECTIVO QUADRO DE PESSOAL;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos intervenientes:

O Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto em discussão disse:

“O que se pretende fazer é criar um novo Quadro de Pessoal de Direito Privado, adaptado á nova realidade, de acordo com os novos conceitos de interpretação, e funcionalidade e dotar o Município de instrumentos actuais e apropriados.”

O Senhor Deputado João Caio Salgueiro (CDU) apresentou uma declaração de voto:

“Declaração de voto:

Para além da alteração, mais uma, do quadro de pessoal, decidiu a Câmara Municipal de Belmonte vir a esta Assembleia propor a criação de um quadro de pessoal em regime de contrato individual de trabalho e respectivo regulamento. Pela sua especial gravidade centremos a nossa atenção na segunda parte da proposta.

Primeiro: negociou a autarquia com os sindicatos? Consultou-os sequer? Não! Nem mesmo quando há meses atrás e sob proposta da CDU, a Câmara retirou a proposta para ouvir as organizações sindicais.

Segundo: visa esta proposta resolver a situação de trabalhadores precários? Não! Aliás, o que impede a sua resolução no regime de direito público, como aliás é desejável e defendemos?

Terceiro: visa esta proposta garantir mais direitos para os trabalhadores? Não! Bastaria aliás olhar para o regulamento proposto e para as suas imensas lacunas!

Quarto: visa esta proposta valorizar o vínculo público, dignificar as funções públicas, constituir um corpo estável, tecnicamente competente e politicamente neutro, vocacionado para assegurar de forma eficaz, imparcial o interesse público? Não!

Quinto: visa esta proposta garantir mais imunidade face aos interesses, designadamente de natureza económica e político-partidária existentes?

Sexto: visa esta proposta atenuar diferenças entre trabalhadores ao abrigo de regime público e privado? Nenhumas!

Sétimo: que garantias existem de que no futuro o quadro de regime privado não engorde à custa do quadro de pessoal de regime público? Nenhumas!

Oitavo: garante esta proposta condições de rigor, justiça e igualdade de acesso a funções públicas? Não!

Nono: é esta a melhor forma de defender, valorizar e dignificar o serviço público prestado às populações? Não!

Esta proposta, cuja lógica decorre aliás do ataque que este Governo Socialista tem vindo a fazer aos funcionários públicos, configura pois um atentado aos direitos dos trabalhadores do município, actuais e futuros, e em última análise às suas populações. Como se não bastasse o desastroso, caro e ineficiente processo de empresarialização já efectuada no município, dá-se mais um passo, mais uma vez sem ouvir os directamente afectados, os trabalhadores, e ao arrepio de todas as normas e até do bom senso que devia comandar a elaboração e implementação deste tipo de propostas.

De que tem medo? O que pretende esconder?

Para quem como nós, considera que a relação de emprego na Administração Pública, baseada no vínculo público, é a que melhor poderá proteger os funcionários de

comportamentos e pressões de natureza arbitrária e garantir a sua subordinação exclusiva ao interesse público, esta proposta, que significa mais instabilidade e a insegurança e é um verdadeiro cavalo de tróia dos serviços públicos, só pode ter o nosso mais veemente repúdio.

Por isso votamos contra!”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

“Entendemos que esta legislação sobre a celebração de contratos individuais de trabalho, é da maior importância sobre o ponto de vista de flexibilizar a actividade das instituições que as podem acolher, e por forma também a ultrapassar muitas das dificuldades que estão a ser colocadas sob o ponto de vista da nova regulamentação dentro dos quadros de pessoal dos serviços públicos. Por isso entendemos pelos aspectos positivos que ela tem, embora não deixamos de fazer referência a alguns aspectos perversos que eventualmente pode ter, mas é importante, o bom senso, e a responsabilidade das pessoas e quem de direito julgará sobre estas matérias. Por isso parece-nos favorável esta proposta e a sua aprovação. Contudo duas ou três notas sobre ela. Em relação à proposta de quadro, gostaria de deixar duas notas, em relação aos técnicos superiores, que são propostos, parece-me que existe duas lacunas bastante importantes. Uma na área da informática, e outra ao nível do ordenamento do território, que é fundamental para o normal funcionamento, e competências que hoje uma autarquia tem que ter um técnico superior na área do ordenamento do território.”

O Senhor António Manuel Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“Relativamente a este ponto de facto que surgiram algumas dúvidas na última reunião, dúvidas essas que punham em causa a legalidade desta alteração, que tinham a ver com a obrigatoriedade de audição da comissão de trabalhadores. Quero recordar, que fui um dos elementos que se absteve na votação, em virtude dessas mesmas dúvidas aqui serem levantadas pela senhora deputada da CDU. No entanto tive o cuidado de me debruçar sobre esta questão, e quer por aquilo que me foi explicado, quer pelos esclarecimentos prestados hoje pelo Senhor Presidente da Câmara, e sobretudo considerando que não existe comissão de trabalhadores em que residia o principal problema levantado na última reunião, não vejo que exista qualquer razão no processo, e por isso votarei favoravelmente.”

Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Assembleia deliberou, por maioria, aprovar a Alteração ao Quadro de Pessoal de Direito Público da Câmara Municipal de Belmonte e Aprovação do Regulamento de Selecção para a Celebração de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e Respectivo Quadro de Pessoal, com 18 votos a favor do PS e do PSD e com voto contra da CDU.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

3.4 – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2006;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos intervenientes:

O Senhor Deputado João Caio Salgueiro (CDU) disse:

“Se à um ano aqui resumimos a apreciação ao Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Belmonte como “Mais do Menos”, desta vez, bem se pode dizer que aquilo que existiu durante o ano de 2006, foi “Mais do Mesmo”.

E senão vejamos:

Venda de bens de investimento (executado – 125 mil 882 euros) quando o orçamentado foi de 1 milhão e 600 mil euros – isto é, executou-se 7,8%. Ou seja, sempre a mesma técnica – inflacionou-se o orçamento para permitir a inclusão de obras que sabemos não serem passíveis de concretização. Também na promessa de captação de verbas do Estado - participação comunitária em projecto co-financiado a taxa de execução foi de 29%. Um pouco mais que em 2005, mas ainda assim, longe, muito longe, do que seria necessário.

Significativo é o facto de algumas áreas promessas mais emblemáticas terem nula execução, ou seja, 0%: saúde; carta educativa; centro de interpretação Cetum Cellas; biblioteca e arquivo municipais, rede social; juventude; gabinete social e clube de emprego; planeamento urbanístico; parque para mercados e feiras; via estruturante oeste a Belmonte; Viceb; nova ponte de S. Sebastião; Variante este a Caria; Centro Coordenador de Transportes Terrestres.

Chegamos assim a um valor global de realização de 45%, menos que em 2005, que foi de 53,7%. Ou seja, mais um ano a marcar passo!

No domínio orçamental verifica-se uma degradação dos indicadores. A evolução do passivo financeiro, designadamente no que às dívidas de curto prazo diz respeito e em especial na conta fornecedores de conta corrente verifica-se um aumento brutal, tendo em conta que de 2005 para 2006 se passou de 112 mil euros para quase 1 milhão e 700 mil euros, uma subida de 139%.

A dívida de curto prazo salta de 970 mil euros para mais de 2 milhões de euros. Onde está a obra que justifique este brutal crescimento?

Os compromissos que ficam por pagar do exercício de 2006 são de 1 milhão e 800 mil euros, uma ligeira redução face a 2005, mas ainda assim resultante do facto do grau de realização ter sido menor este ano, o que significa que nem os compromissos de anos anteriores a Câmara consegue fazer baixar.

Quanto ao Resultado Líquido do Exercício, este é mais uma vez, claramente negativo - 586.811 mil euros, traduzindo assim a continuação de má gestão.

Mais um ano e as contas continuam a não incluir o Mapa dos Empréstimos e o das Outras Dividas a Terceiros.

Por isso solicitamos desde já o seu envio aos membros desta Assembleia.

Perante isto, mais uma vez somos forçados a concluir que estes documentos revelam a completa ausência de planeamento e gestão, bem como da definição de prioridades necessárias à resolução de problemas e ao desenvolvimento do município, pelo que se justifica o voto contra deste Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Belmonte de 2006."

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dia (PSD) disse:

"Tendo chegado ao fim mais um ano económico, é esta Assembleia Municipal chamada a pronunciar-se sobre a actividade municipal, que nos é apresentado neste Relatório de Gestão e nos respectivos documentos de Prestação de Contas.

É claro que para podermos emitir uma opinião fundamentada sobre estes documentos, teremos obviamente que os comparar com as Grandes Opções do Plano e Orçamento que em devido tempo esta Assembleia aprovou, embora se bem se recordarão, sem o voto favorável da bancada do Partido Social Democrata.

Tendo presente aquele documento, iremos salientar as obras de maior destaque que aí eram propostas, bem como outros aspectos conducentes ao proposto desenvolvimento do Concelho.

Começaremos pela análise das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006.

- A grande obra seria sem dúvida a recuperação do Solar dos Cabrais e zona envolvente.

Em 2006, nada se concretizou, embora nos satisfaça que tenha sido iniciada em 2007. Esperemos que por qualquer razão não venha a ser interrompida.

- Relativamente à revitalização da Casa da Torre de Caria, também esta obra se encontra adiada.

- Construção da Nova Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal, a obra continuam adiada.

- Centro de interpretação da Torre de Centum Cellas, a obra continua esquecida

- Habitação. Venda de lotes de terrenos no Bairro do Olival Grande, apesar da nossa insistência para que aquele loteamento fosse posto à venda, nada ainda se concretizou.

- Via estruturante Oeste a Belmonte, também continua adiada.

- Ligação entre o nó Sul da A23 e a ponte sobre o Rio Zêzere, nada vimos.

- Construção da rua alternativa à rua Pedro Álvares Cabral, nem sabemos onde está projectada.

- Centro coordenador de transportes, será certamente para um futuro longínquo.

- Beneficiação da estrada de acesso norte até à rotunda, não demos por nada.

- Instalação dos mercados e feiras, nada mais vimos do que um despacho do Exmo. Senhor Presidente que terá sido anulado.

- Plano Director Municipal, está obviamente em segredo e não chega à discussão pública.

- Instalação em todo o Município de um sistema de vídeo vigilância de defesa da floresta, também não demos por isso.

Estas as grandes obras que nos foram propostas no documento para apreciação e votação em 2005 e que seriam desenvolvidas em 2006.

Passemos agora à análise do Relatório de Gestão.

No ponto "introdução" e "actividades desenvolvidas" temos efectivamente uma descrição pormenorizada da actividade municipal no que ao Executivo pareceu de maior relevância. Nada encontramos de relevante para o desenvolvimento do Concelho. Seguem-se alguns indicadores e rácios de actividade comparativos, apresentados em gráfico, que

enriquecem a apresentação do documento e facilitam de algum modo a apreciação de alguns itens.

Já no que se refere ao Anexo às demonstrações financeiras, reflectem alguma falta de informação, de que salientaremos:

1. Fundo Patrimonial - Deveriam ser devidamente explicadas as razões que levaram à contabilização de impostos cobrados e relativos a exercícios anteriores.

É obvio que se encontram esquecidos, contabilisticamente.

2. Custos e Perdas - Nada é referido. Com resultados financeiros negativos de 61.66,33 euros, esta conta merecia uma melhor explicação.

3. Custos e Perdas Extraordinários - Nada é referido; no entanto com resultado negativo de 212.910,31 euros, para além do quadro 8.2.32, merecia uma melhor explicação.

4. Critérios valorimétricos - Deveriam ser mencionados os critérios valométricos utilizados para cálculo das provisões, bem como do valor das existências de mercadorias e matérias-primas

5. Imobilizações Corpóreas - Foram transferidas de Imobilizações em Curso ou registadas pelo Custo de Aquisição.

6. Acréscimos de Deferimentos - O seu montante é relevante, tanto nos Acréscimos de Proveitos, Acréscimos de Custos, ou nos Proveitos Diferidos, pelo que se requer uma cabal explicação para além da que nos é facultada no Relatório de Gestão.

A que se referem concretamente os 4.800.965,43 euros de proveitos diferidos?

Estes são alguns dos pontos que em nossa opinião deveriam merecer uma análise mais analítica no documento.

Quanto aos documentos de Prestação de Contas os documentos evidenciam claramente e com objectividade a gestão desta Autarquia.

1. Se compararmos o custo das existências vendidas e matérias-primas consumidas com a conta de vendas mais prestações de serviços encontramos um saldo negativo de 88.979,54 euros o que significa que a Câmara vendeu ou prestou serviços por valor inferior ao seu preço de aquisição. Doutra forma estariam registados em proveitos numa conta de Trabalhos para Própria Empresa.

2. Resultados Operacionais - Verificamos nesta rubrica que houve um prejuízo no montante de 312.234,09 euros.

Para apuramento desta rubrica, temos o custo das existências vendidas e consumidas, mais fornecimentos e serviços externos, mais os custos com pessoal, transferências subsídios e amortizações, deduzidos das vendas e prestação de serviços, receitas de impostos, proveitos suplementares e transferências e subsídios. Se retirarmos aos proveitos o valor dos subsídios, verificamos que resultou um défice da actividade da Câmara de 4.173.579,80 euros.

3. Os resultados financeiros no montante de 61.666,63 euros não nos merecem qualquer reparo.

4. Quanto aos resultados extraordinários no montante de 212.910,31 euros já nos causam alguma preocupação uma vez que não estão devidamente explicados no relatório de gestão.

Deveriam ser mais bem explicadas as rubricas de transferência de capital e perdas em imobilizações.

5. Analisados os movimentos na classe 5, verificamos que embora nos tenha sido apresentado um resultado positivo de 359.699,61 euros referente ao ano de 2005, o resultado foi efectivamente de 317.838,80 euros de prejuízo.

Para concluir, diremos que esta Câmara se tem limitado à gestão corrente, sem conseguir com os meios próprios, nomeadamente equipamentos e recursos humanos, criar um dinamismo e riqueza.

Pese embora a apresentação de um resultado líquido negativo de 568.811,03 euros, poderá mesmo assim a Câmara proceder ao investimento dos meios libertos através das provisões e amortizações que atingem o montante de 2.385.309,31 euros."

O Senhor António Manuel Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

"Também nos gostávamos que as taxas de execução fossem maiores, mas talvez esta fosse a gestão possível, considerando as dificuldades financeiras que o país enfrenta, e onde Belmonte não é excepção. Pelo que votaremos favoravelmente o documento em análise."

O Senhor Presidente da Câmara sobre as considerações tecidas disse:

"Este relatório de gestão reflecte uma estratégia que foi desenvolvida durante 2006, e o que importa reter é que tem uma taxa de execução mais elevada do que em 2005. Relativamente às rubricas com taxa de execução 0, é porque faz parte das obrigações da Câmara, ter as obras agendadas, para em qualquer altura, na presença de alguma oportunidade, se poderem candidatar."

Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do documento em análise. A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2006, com 12 votos a favor do PS, 6 votos contra do PSD e CDU e com uma abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) apresentou uma declaração de voto:

"Não estando em causa o documento sob o ponto de vista contabilístico, que consideramos correcto, os Deputados do Partido Social Democrata, votaram contra o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2006, por entenderem que o mesmo reflecte a incapacidade de captação de fundos que estavam previstos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento. Apenas 59,76% do previsto, bem como na incapacidade de o executar, apenas 54,79% do previsto, para além desta despesa ter sido realizada em muitas iniciativas de investimento, que em nada contribuíram para o desenvolvimento económico e social que pretendemos ver no Concelho de Belmonte."

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente não tendo havido qualquer intervenção

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.